



REPÚBLICA PORTUGUESA

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

A Síria, problema nosso

Augusto Santos Silva

O que se passa na Síria é de uma gravidade extrema. Milhões de pessoas são deslocadas forçadas no interior do seu país e milhões tiveram de procurar refúgio no estrangeiro. Centenas de milhares de civis perderam a vida. O território e a economia foram sujeitos a uma devastação sem precedentes, foi saqueado património valiosíssimo e as instituições colapsaram. A Síria tornou-se a base operacional de redes terroristas e um dos palcos do tenebroso projeto do “Estado Islâmico”. O conflito atingiu rapidamente dimensão regional e internacional. Vários intervenientes repetem crimes de guerra, usando armas químicas, atacando hospitais e escolas, alvejando populações civis ou utilizando-as como escudos humanos. É uma das maiores ameaças à segurança no mundo.

Isto diz-nos respeito. O sofrimento atroz, a implosão social, a progressão das forças terroristas e a sua tentativa de formar um proto-Estado, a desestabilização regional, os crimes de guerra, o retorno à lógica de confronto entre potências, a pressão dos

refugiados sobre os países vizinhos e (em menor escala) europeus e a falência da resposta humanitária, tudo tem a ver connosco, portugueses e europeus.

Devemos ter consciência da complexidade da situação na Síria. Há uma operação militar internacional contra o Daesh; uma guerra civil, na qual uma das partes controla o Estado, as Forças Armadas e milícias e outra combina forças de oposição política democrática e grupos armados, alguns dos quais afiliados à Al-Qaeda; uma querela agressiva entre correntes do Islão; a questão curda; a luta de influências entre o Irão e países do Golfo; a segurança de Israel e os ecos do conflito israelo-palestiniano; a tensão entre as potências ocidentais e a Rússia, em larga medida motivada pela nova política de Moscovo no Médio Oriente e o seu apoio incondicional ao regime de Assad; a política regional da Turquia.

Errará, portanto, quem reduzir a situação na Síria a uma divisão entre “bons” e “maus” (há “maus” por todo o lado), ou entre “nós” e “eles” (também entre “nós” há gente não frequentável). Claro que não é possível avançar rumo a uma solução razoável e exequível se não soubermos qual. Sabemos. Como tanto insistem a ONU e a UE, a única solução estável é um Estado secular, suficientemente descentralizado para acomodar as diferenças étnicas e regionais e suficientemente inclusivo para respeitar a pluralidade religiosa e étnica, mantendo a soberania e a integridade territorial. Qualquer outra situação de facto, como a partição ou a satelitização, só criará mais problemas.

Podemos e devemos intervir – nós, a comunidade internacional e nós, a União Europeia - ajudando os sírios à reconciliação e reconstrução. Em três planos paralelos.

O primeiro é político-diplomático. Importa criar condições para que prossigam as negociações entre as partes, no âmbito das Nações Unidas. Aceito que uma das condições seja o desenvolvimento que possa ocorrer no “processo de Astana”, envolvendo Rússia, Irão e Turquia. Mas este não substitui as negociações de Genebra e o trabalho de Staffan de Mistura. A UE, principal doador humanitário e para o desenvolvimento na Síria, tem sido clara sobre isto (e Portugal com ela). O que mais uma vez se verá na Conferência de 25 de abril, em Bruxelas.

O segundo plano é da segurança, incluindo a vertente militar. A operação lançada pelos Estados Unidos, a França e o Reino Unido contra estruturas de produção e armazenamento de armas químicas inscreve-se aqui. Reafirmo o que dissemos, logo nesse dia 14, e o Conselho de Negócios Estrangeiros da UE depois corroborou:

compreende-se as razões e a oportunidade dessa operação de dissuasão, contida e dirigida, porque não se pode tolerar o uso, por parte do regime sírio, daquelas armas. Sei que é uma questão sensível de direito internacional, mas o veto sistemático da Rússia impediu, para além de toda a razoabilidade, uma decisão apropriada do Conselho de Segurança. Entretanto, também são muito sensíveis, no plano da segurança, os contornos da intervenção turca em território curdo-sírio. Se é atendível a necessidade turca de se proteger contra o terrorismo, a escala e os alvos das operações não podem extravasar essa necessidade. Fazemos bem em procurar convencer Ancara a não insistir numa direção que produzirá efeitos perigosos.

O último plano é humanitário. Milhões de pessoas requerem assistência humanitária urgentíssima, porque a privação e sofrimento em que se encontram está muito para além do concebível. Os bloqueios à abertura de corredores humanitários (bloqueios nos quais o regime sírio tem uma responsabilidade evidente) são inaceitáveis. E outros milhões de sírios estão refugiados na Jordânia, no Líbano, na Turquia e em vários outros países, que têm aqui tido um papel inestimável, sendo insuficiente a resposta internacional. Para além da negação dos direitos humanos mais básicos, o êxodo forçado dos sírios é também a destruição das capacidades de diálogo interno e de reconstrução pós-conflito.

Portugal assume as suas responsabilidades como membro das Nações Unidas, da União Europeia e da Coligação Global contra o Daesh, nos planos político e de segurança. Mas todos compreendem que demos a máxima prioridade à ação humanitária. A Plataforma de Apoio aos Estudantes Sírios, lançada e liderada por Jorge Sampaio, é um excelente exemplo de que o apoio aos refugiados e a preocupação com a reconstrução podem ir de par. No passado 5 de abril, a conferência internacional que teve lugar em Lisboa procurou sensibilizar os vários atores internacionais para a necessidade de criar um Mecanismo de Resposta Rápida no Ensino Superior a Situações de Emergência, que parte daquela Plataforma. As pessoas estão primeiro, em todas as circunstâncias, e em especial na guerra. E Portugal tem como uma das suas marcas a prioridade que concede ao respeito pelos direitos humanos e ao direito internacional humanitário.

É a nossa maneira de mostrarmos que a Síria é também um problema nosso.

Expresso, 21 de abril de 2018 [publicado sem o penúltimo parágrafo]. Publicação integral em <http://expresso.sapo.pt/opiniao>.